



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

23/01/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Novo título do Tesouro, RendA+ compensa no longo prazo, mas é pouco flexível

A partir de 30 de janeiro, o Tesouro Nacional vai disponibilizar um título público voltado a investidores que querem poupar recursos extras para a aposentadoria.

Entre os pontos favoráveis do título, batizado de RendA+, estão a simplicidade de aquisição e o menor custo em relação a investimentos de propósito semelhante —como os planos de previdência privada.

Por outro lado, o produto foi considerado pouco flexível, já que não permite ao investidor definir beneficiários no caso de morte ou escolher como prefere receber a renda após a acumulação.

O valor mínimo para começar a investir será de aproximadamente R\$ 30 e as aquisições estarão disponíveis a partir do dia 30 de janeiro na plataforma Tesouro Direto.

A principal diferença desta modalidade para outros títulos do Tesouro está na forma de resgate. Em vez de receber todo o valor acumulado de uma vez, o investidor passará a receber uma renda mensal em 240 parcelas —ou seja, ao longo de 20 anos.

De acordo com o Tesouro, o público-alvo do novo título são trabalhadores com renda entre três e cinco salários mínimos, principalmente os autônomos. O potencial estimado é de 3 milhões de pessoas aplicando na nova modalidade.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 22 de janeiro.

Gratuidade no transporte intermunicipal aos 60 anos no litoral de SP

O governador Tarcísio de Freitas publicou, neste sábado (21), um decreto que retoma o transporte público gratuito para idosos entre 60 e 65 anos no transporte coletivo de passageiros administrados pelo Estado de São Paulo.

Com o decreto, o público desta faixa etária poderá usufruir do transporte gratuito no metrô, nos trens, no VLT e nos ônibus intermunicipais, por meio de bilhete eletrônico de uso pessoal e intransferível.

No Veículo Leve sobre Trilho (VLT) da Baixada Santista e nos demais serviços gerenciados pela EMTUa, o benefício será operacionalizado por cartões de bilhetagem eletrônica emitidos pelas concessionárias e/ou permissionárias de cada região. Os detalhes serão publicados por meio de resolução da Secretaria dos Transportes Metropolitanos na próxima semana.

Já no sistema metroferroviário, o transporte público para idosos será por meio do Cartão TOP ou Bilhete Único. Além dos trens e do metrô, o cartão TOP também poderá ser utilizado no sistema de ônibus intermunicipais da Região Metropolitana de São Paulo.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 21 de janeiro.

Desenrola pode negociar dívidas de 40 milhões de brasileiros com renda de até R\$ 2.600

O programa Desenrola Brasil, bandeira do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para renegociar débitos e impulsionar o consumo das famílias, pode contemplar até 40 milhões de brasileiros que estão endividados e têm renda de até dois salários mínimos (equivalentes hoje a R\$ 2.604).

Os detalhes da política foram discutidos nesta semana em reunião entre membros do Ministério da Fazenda e da Febraban (Federação Brasileira de Bancos). O desenho, porém, ainda não está fechado.

A iniciativa é uma das apostas do governo do PT para destravar o consumo e estimular a economia. Hoje, quase 70 milhões de consumidores estão negativados por inadimplência. O patamar de endividamento também é recorde.

A ideia do governo é criar um fundo garantidor, com recursos públicos, para servir como uma espécie de colchão de segurança na negociação dessas dívidas. Assim, a expectativa é conseguir que os bancos repactuem os valores com taxas de juros mais baixas, tendo a garantia de que a União vai cobrir o prejuízo em caso de não pagamento.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 21 de janeiro.

Brasil precisa de ajuste de R\$ 300 bilhões para estancar dívida crescente

O governo tem pela frente uma dura batalha para acertar o rumo das contas públicas e estancar o endividamento crescente do Brasil. Com pouca margem de manobra para conduzir o ajuste fiscal, as projeções dos analistas indicam que a dívida do País deve alcançar 90% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos cinco anos.

Para reverter esse quadro, de uma dívida considerada alta para uma economia emergente, o tamanho do ajuste necessário, segundo analistas, é da ordem de R\$ 300 bilhões - tanto em corte de gastos como em aumento de receitas. É esse o montante bilionário que pode tirar a economia brasileira do rombo previsto para este ano e levá-la para um superávit primário capaz de estabilizar o endividamento do País.

Chegar nesse valor, no entanto, não é tarefa fácil e vai implicar ações impopulares. "As medidas vão envolver a sociedade: uma parte vai precisar pagar imposto, outra parte vai perder algum privilégio", diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset. Ele reforça que a trajetória atual da dívida pública deixa a economia brasileira vulnerável. "Qualquer choque global será mais difícil de ser absorvido. Não é um nível confortável."

A dificuldade para "arrumar a casa" se dá porque o Brasil enfrenta uma combinação perversa. O Orçamento do País já é bastante engessado, dificultando qualquer corte de gastos. Por outro lado, há pouco ou nenhum espaço para o aumentar as receitas, num cenário de elevada carga tributária.

"Os pagamentos com Previdência Social e outros benefícios somam quase 50% dos gastos públicos. Outros 20% são de salário do funcionalismo federal", afirma Flávio Serrano, economista da BlueLine Asset Management. "De largada, 70% dos gastos estão contratados para pagar salário e Previdência."

Neste mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um pacote fiscal com potencial de transformar o rombo previsto nas contas do governo para este ano, de R\$ 231,5 bilhões, em um superávit de R\$ 11,1 bilhões.

As medidas são focadas no aumento de receitas e incluem a volta da cobrança de impostos federais sobre os combustíveis - que ainda não está definida - e um programa de refinanciamento de dívidas tributárias. O pacote também prevê, em menor grau, corte de despesas, com revisão de contratos e programas do governo.

Porém, o próprio Haddad já reconheceu que algumas medidas serão frustradas. Assim, em vez de entregar as contas no azul, ele se comprometeu a reduzir o déficit de 2023 de 2,1% do PIB para 1% do PIB - o que representa um rombo próximo a R\$ 100 bilhões.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 23 de janeiro.

Governo Lula testa limites em relação inédita com BC autônomo

O incômodo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seus ministros com o patamar elevado dos juros no Brasil tem levado a nova administração a elevar a pressão sobre o Banco Central. Os limites da relação são testados no inédito cenário de uma autoridade monetária comandada por nomes não indicados pelo novo governo.

Do outro lado, o BC tem alertado para problemas que a expansão de gastos pode gerar sobre a inflação, especialmente diante das maiores despesas em 2023 e da elevada incerteza sobre a regra que substituirá o teto.

A troca de recados entre Lula, os integrantes do primeiro escalão e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ganhou temperatura na última semana e explicitou as divergências.

O presidente veio a público nos últimos dias criticar a atuação da autoridade monetária, dizer que a autonomia da autarquia é uma bobagem e classificar a atual meta de inflação como exagerada.

"É uma bobagem achar que o presidente de um BC independente vai fazer mais do que fez o BC quando o presidente [da República] era quem indicava", afirmou. "Por que, com o BC independente, a inflação está do jeito que está e o juro está do jeito que está?"

A tensão ocorre porque esta é a primeira vez que a autonomia do BC é testada em face de um governo que não indicou os diretores. Até 2024, Lula terá de conviver com o titular da autarquia indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Campos Neto, que está no comando do BC desde 2019, se comprometeu a ficar no cargo até o fim do mandato e antecipou que não tem interesse em um segundo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 23 de janeiro.